

Projetar o espaço público na reconstrução da cidade sem plano: o exemplo da requalificação da Área Central do Cacém¹

Rodrigo Coelho

Arquiteto, realizou o Master Metropolis - Universidade Politécnica da Catalunha e Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona.

Doutor em Arquitetura (FAUP).

Assistente na FAUP

Para citação: COELHO, Rodrigo – Projetar o espaço público na reconstrução da cidade sem plano: o exemplo da requalificação da Área Central do Cacém. **Estudo Prévio** 1. Lisboa: CEAAT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2012, p. 35-51. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: www.estudoprévio.net].

Creative Commons, licença CC BY-4.0: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Resumo

A questão ou problema que se pretende abordar neste texto prende-se essencialmente com o reconhecimento da importância do espaço público na (re)construção da cidade contemporânea “sem forma” que, de um modo geral, associamos às periferias urbanas.

Procuraremos evidenciar, a partir da análise a um caso concreto - o projeto de requalificação da Área Central do Cacém -, sob que condições o projeto do espaço público pode atuar a posteriori, em setores urbanos de formação recente, onde em muitas situações o espaço público não teve um papel estruturador na sua urbanização, vendo a sua presença reduzida a um caráter residual.

Indagar sobre os fatores que podem conduzir a uma (re)configuração consistente do espaço público nestas áreas de cidade torna-se num dos principais desafios que se colocam hoje à arquitetura e ao desenho urbano. Sobretudo porque estamos perante setores urbanos com grande expressão no contexto metropolitano, cuja origem recente, coincidindo com o período que podemos chamar de explosão do urbano sem forma e transformação acelerada (iniciado no segundo pós-guerra), coloca problemas ao equilíbrio e desenvolvimento futuro das cidades.

Palavras-chave: projeto urbano, espaço público, desenvolvimento urbano, cidade sem plano

1. Introdução - A necessidade de fazer centro como base da recomposição das periferias urbanas

Com este texto procuraremos acima de tudo salientar, a partir da análise de um caso concreto - o projeto de requalificação da Área Central do Cacém -, em que termos, e sob que condições, o projeto do *espaço público* pode ser determinante na (re)construção da cidade contemporânea “sem forma” ou “sem plano”.

Indagar sobre os fatores que podem conduzir a uma (re)configuração consistente do espaço público nestas áreas de cidade torna-se, a nosso ver, num dos principais problemas que se colocam à arquitetura e ao desenho urbano no contexto da cidade atual. Sobretudo porque estamos perante setores urbanos com grande expressão no contexto das médias e grandes cidades europeias, cuja origem recente, coincidindo com o período que podemos chamar de *explosão do urbano sem forma* (que se inicia no segundo pós-guerra), coloca, a nosso ver, problemas ao equilíbrio e desenvolvimento futuro das cidades.



Figura 1 – A intervenção na Zona Central do Cacém no contexto da Área Metropolitana de Lisboa (desenho do autor sobre carta militar).



Figura 2 – Zona Central do Cacém - perspectiva geral. Fonte: Risco S.A.

Tendo em conta a complexidade e a dificuldade em tipificar o termo periferia urbana, podemos afirmar que, na atual condição destes setores urbanos periféricos, se podem, em geral, apontar a ausência ou escassez de funções centrais e de valores morfológicos e simbólicos (associados em muitos casos à ausência de uma memória histórica), como os principais indicadores ou fatores para o seu reconhecimento².

Associado ao problema da escassez de funções centrais e da ausência de uma ordem formal (normalmente também plasmada na debilidade construtiva do edificado) ou como parte deste problema, podemos ainda detetar, na maioria das periferias urbanas, a fraca qualidade ou escassez de espaços públicos qualificados e infraestruturas capazes de estabelecer as continuidades (formais e funcionais) necessárias com outros pontos ou setores urbanos mais ou menos próximos (sendo por isso nestas partes da cidade que a crise do espaço público se faz notar de forma mais aguda).

Deste modo, e como vários autores têm sublinhado (como por exemplo Jordi Borja e Oriol Bohigas), não prescindindo de uma desejada (mas seguramente utópica) visão global e intervenção integrada de recuperação das periferias, a necessidade de fazer centro afigura-se não apenas como uma resposta necessária para fazer face aos processos de dissolução da urbanização periférica³, como deve ser assumida, do ponto de vista do seu significado simbólico e funcional, como uma noção-chave para podermos pensar e atuar sobre a cidade alargada.

A noção de recentralização (que podemos ver aplicada em casos de recomposição urbana da periferia bem-sucedidos, como em Barcelona ou Lyon), entendida a partir da redefinição da(s) mobilidade(s), do reforço de funções centrais, e da criação ou



consolidação de tecidos, sempre articuladas com políticas de requalificação e criação de espaços públicos, parece tornar-se fulcral como uma das estratégias ou princípios de atuação perante o desafio de fazer cidade sobre a cidade periférica.

2. Refazer um centro: o projeto Polis para a Área Central do Cacém.

Antecedentes e contexto urbano

Comprometidos com este princípio de (voltar a) fazer cidade sobre cidade⁴, de conferir sentido urbano e habitabilidade à cidade sem qualidade a partir do espaço público, alguns exemplos podiam ser referidos no panorama português. No entanto, seja pelo carácter pioneiro, seja pela consistência das opções metodológicas, seja pela coerência e qualidade formal da intervenção no seu conjunto, julgamos particularmente importante a referência ao exemplo da requalificação da Área Central do Cacém projetado e construído entre 1998 e 2008, sob a responsabilidade de Manuel Salgado.

Integrado no conjunto das primeiras cidades que beneficiaram do Programa Polis, o plano de pormenor da Área Central do Cacém reveste-se de uma natureza e uma especificidade que o tornam num caso exemplar, designadamente no âmbito deste programa.

Enquanto núcleo de uma “cidade dormitório”, cujo crescimento se deu de forma rápida, violenta e parcialmente desregulada, sobretudo nos últimos 40 anos, o Cacém denotava uma clara ausência de ordem e hierarquia na estruturação do espaço urbano, em particular do espaço viário - profundamente desordenado (agravado pela presença de uma topografia relativamente acidentada) e uma especial carência de equipamentos e de espaços públicos qualificados⁵.

Neste sentido, não se poderia falar, antes da intervenção, da existência no Cacém de um espaço público legível e dotado de significado social, mas apenas de um conjunto de espaços residuais, consequência direta da ausência de critérios de desenho urbano, onde a prevalência dos interesses privados e a negligência, incapacidade ou ausência de controlo por parte das entidades oficiais, determinaram negativamente, e de forma implacável, a qualidade dos espaços públicos abertos⁵.

Contudo, neste quadro urbano e físico prévio à intervenção, extremamente condicionado e degradado, surgem sinais de uma inevitável e reconhecida vitalidade urbana, traduzida no movimento gerado, quer em redor dos equipamentos e serviços mais importantes, quer em ruas, onde a presença de comércio é significativa.

Surgem no final dos anos 90 os primeiros estudos (encomendados pela Câmara Municipal de Sintra a Manuel Salgado/Risco) que procuram estabelecer princípios de atuação visando uma requalificação mais global e aprofundada da Área Central do Cacém. No estudo base entregue em abril de 1999, definem-se as principais ideias e a matriz de base que guiará o Plano de Pormenor, realizado ao abrigo do Programa Polis⁷, que permitiu acelerar e tornar mais consistente, abrangente e ambiciosa a estratégia de intervenção delineada nos estudos precedentes, facilitando a sua concretização num arco temporal mais reduzido⁸.

A requalificação do espaço público como objetivo central do Plano: a rua como elemento de articulação e gerador de continuidade

Não iremos deter-nos com aspetos de detalhe ou com uma descrição do Plano de Pormenor (PP) elaborado. Estamos sobretudo interessados em salientar em que medida a forma como a estratégia definida neste Plano se materializa e depende de uma atuação estratégica e aprofundada sobre espaço público.

A articulação a partir do espaço público de cinco micro-centralidades que se pretendiam reabilitar, tendo como base de atuação a intenção de ligar de forma qualificada setores urbanos-chave, é, na realidade, a ideia central do Plano e que permitirá definir a matriz refundadora do sistema de espaços públicos da nova realidade urbana de Aqualva-Cacém (reforçada pela recuperação da Ribeira das Jardas transformada em canal verde - parque linear - que liga a cidade no sentido norte - sul, que por sua vez se cruza, no centro da referida estrela, com outro eixo vital que a proposta recupera - a Rua de D. Maria II).

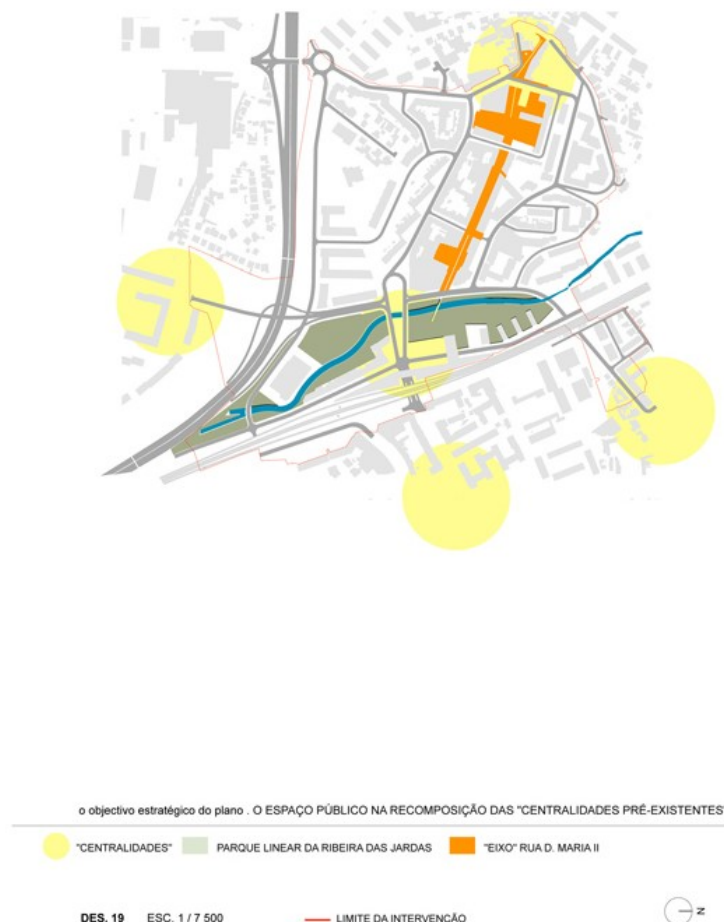


Figura 3 - O espaço público na recomposição das centralidades pré-existent (esquema da estratégia de intervenção correspondendo à articulação das "centralidades" pré-existent) (desenho do autor).

Esta matriz traduz-se por sua vez, de uma forma muito direta e coerente, na hierarquia que o sistema viário recuperado propõe (distinguindo vias principais, vias de ligação e vias locais), expressando-se claramente não apenas no perfil transversal dos arruamentos requalificados ou criados, como na adoção de diferentes materiais e soluções construtivas, iluminação pública, etc.

Parece tornar-se assim evidente na estratégia de recomposição urbana proposta pelo Plano de Pormenor e confirmada pelo Projeto de espaço público, o valor atribuído à rua como elemento estruturador e articulador de toda a intervenção. Estabelecendo as continuidades e resolvendo as ruturas e impasses, a rua surge como o principal elemento transformador e ordenador do tecido urbano pré-existente, sobre o qual recai, em grande medida, o papel de restituir hierarquia, legibilidade, significado e identidade à área da intervenção.



Figura 4 - A requalificação do espaço público no contexto do plano (espaços públicos antes e depois da intervenção) (desenho do autor)



Figura 5 - A requalificação do espaço público no contexto do plano (materialização do espaço público em função da hierarquia da estrutura viária) (desenho do autor)

É com base neste procedimento metodológico que ganha relevo o tratamento conferido aos elementos caracterizadores do espaço público - desde a arborização, à (re)definição do perfil das ruas propostas ou requalificadas, à pavimentação - capazes de, em conjunto, definir ou de introduzir uma nova ordem espacial, fundamental na reestruturação do conjunto urbano e do sistema de espaços abertos definido pelo Plano.

Com esse objetivo é definido um conjunto de regras, de constantes simples, de princípios tipológicos claros, que se materializa em três categorias fundamentais de ruas (pré-definidas no Plano de Pormenor), e que pode ser reconhecido de forma muito clara, quer no dimensionamento dos elementos referentes ao canal de tráfego, quer no tipo de arborização proposta, quer quanto aos materiais. Estes princípios ordenadores não são entendidos apenas na sua dimensão funcional mas, pelo contrário, utilizam-se como meio de expressar uma ordem formal, capaz de organizar espaços, estabelecer continuidades e de dar visibilidade, identidade e escala ao espaço urbano.

O carácter perene e familiar das soluções propostas para o desenho do chão (como por exemplo escolha dos materiais de revestimento dos pavimentos, diferenciada, segundo critérios de legibilidade pretendidos para o espaço público e para as distintas classes de ruas), bem como o correto dimensionamento dos diferentes elementos (passeios, arborização, faixas de rodagem, etc.) – dando prioridade ao peão – assim como a capacidade de adequação às muitas situações específicas que se podem detetar, revelam-se, a nosso ver, decisivos para a (re)conquista de identidade, hierarquia e legibilidade do espaço público na Zona Central do Cacém.



Figura 6 - Rua de D. Maria II – vista desde ponte (fotografia do autor).



Figura 7 – Vista (desde nascente) da Rua de D. Maria II a partir da Ponte pedonal de ligação entre Agualva e Cacém (fotografia do autor).

Importará contudo salientar que a conquista de identidade não se traduz na imposição de uma ordem formal estéril ou injustificada. Pelo contrário, a intervenção sobre o espaço público assume até, em alguns casos, um carácter (quase) anónimo, preocupando-se em conferir a necessária fluidez e capacidade articuladora ao sistema de espaço público, face às inúmeras situações de descontinuidade ou mesmo impasse nos percursos viários ou pedonais.

É neste contexto que surgem as ligações pedonais alternativas, materializadas em escadas, rampas, alargamentos ou pracetas, que garantem conforto e a adequação à escala humana, diversidade e capacidade de articulação ao espaço público.

Algumas destas situações desfavoráveis são, aliás, inteligentemente usadas para permitir atravessamentos de miolos de quarteirão, criar pontos de concentração de atividades (como esplanadas) ou exceções (definindo espaços de paragem), que acabam por se constituir como referências importantes no sistema de espaço público requalificado.

Para além dos elementos (habitualmente) utilizados na requalificação genérica dos espaços públicos (arborização, pavimentos, iluminação, etc.), as superfícies verticais constituem também, nestas situações, uma parte importante da caracterização do espaço público. Dividindo espaços, orientando percursos ou resolvendo desníveis, as superfícies verticais (materializando-se em muros de contenção ou de delimitação de espaços, em rampas, etc.) acabam por assumir um destaque particular na caracterização do espaço público (que consideramos próximo daquele que assumem a arborização, os pavimentos ou a iluminação, na medida em que funcionam como elementos que ajudam a uniformizar, a organizar e a dar escala ao espaço público, conferindo-lhe uma identidade e unidade fundamentais para o projeto).



Figura 8 - Vista desde poente da nova rotunda (fotografia do autor)

Os equipamentos e os espaços públicos singulares na criação de um “novo centro”

Se, como referimos, é a intervenção sistemática sobre a rua que permite a estruturação primária e a recuperação extensiva do espaço público da Área Central do Cacém, deve ainda ser salientada a sua vocação de componente de exceção e articulação no sistema de espaço público, capaz de assegurar as pretendidas “ligações de qualidade entre as micro-centralidades”.

Estes atributos são particularmente visíveis na requalificação da Rua D. Maria II (projeto da autoria de Inês Lobo e João Gomes da Silva). Neste caso, independentemente da consolidação definitiva do eixo preconizado pelo Plano (que depende da edificação quase

total da frente norte da rua), o espaço público adquiriu já um carácter notável, através da redefinição do seu perfil, do tratamento dos pavimentos, da arborização, desenho das caldeiras e do mobiliário urbano (que lhe permitiu adquirir uma imagem próxima à de um passeio-alameda).

Ainda no contexto das realizações excepcionais, devemos considerar as intervenções sobre o espaço público desenvolvidas no setor sul e nascente da área requalificada. Referimo-nos concretamente ao projeto do Parque Linear (da autoria da NPK), que permitiu a (re)conversão da Ribeira das Jardas no principal espaço público de Aqualva-Cacém (cobrindo a carência de um verdadeiro espaço público central, adequado à dimensão urbana deste aglomerado), afirmando-se quer como o principal elemento de referência coletiva da estrutura urbana (re)criada, quer enquanto vazio ordenador e mediador das múltiplas tensões que confluem neste setor da cidade.



Figura 9 - Ribeira das Jardas antes da intervenção. Fonte: Risco S.A.



Figura 10 - Ribeira das Jardas depois da intervenção – Parque Linear da Ribeira das Jardas (fotografia do autor)

A proposta contida no Plano de Pormenor contemplava a recuperação deste espaço residual num espaço urbano central. Não se tratava apenas de criar um ponto de referência, um palco privilegiado da vida coletiva da Cidade de Aqualva-Cacém, permeável e acessível a partir de um percurso pedonal contínuo ligando no sentido norte-sul, mas também um espaço articulador e criador de continuidades ao longo e entre as duas margens da Ribeira, criando simultaneamente condições para a aproximação e articulação (possível) entre os núcleos de Aqualva e Cacém⁹.

A este nível é já reconhecível a importância do ponto de interseção do Parque Linear com a Rua de D. Maria II, que se prolonga para nascente através da ponte pedonal – no sentido de Aqualva – que no futuro ligará à Praça Central (ainda por construir), que se tornará, verdadeiramente, o ponto de articulação entre Aqualva e o Cacém.

Implantada à cota do parque, e rematando o referido eixo requalificado da Rua D. Maria II, a Praça Central definir-se-á do lado nascente pelo Edifício Nova Baixa Cacém, um extenso volume linear adossado à linha de caminho de ferro, ao qual se contrapõe perpendicularmente um corpo de menor altura, destinado a um equipamento coletivo, que definirá a fachada norte da Praça¹⁰.

Com uma configuração linear, desenvolvida paralelamente ao limite poente da linha de caminho de ferro (numa extensão de cerca de 270 metros), o (ainda não construído)



Edifício Nova Baixa Cacém revela, por seu turno, a intenção clara de edificar uma nova fachada urbana para o lado do Cacém, assumindo a condição de elemento excepcional, não apenas do ponto de vista dos usos que propõe, mas sobretudo pela intenção clara de marcar a imagem urbana deste setor da Cidade¹¹.

Em conjunto, estes espaços e equipamentos urbanos estabelecerão um pólo de atividade cívica, comercial e lúdica – constituindo um lugar público central, denso e complexo. Em particular a concretização do projeto da Praça Central, que organizará e simultaneamente conferirá significado aos sistemas de percursos pedonais de atravessamento da linha de caminho de ferro e às respetivas articulações com as restantes centralidades que o Plano prevê (em particular para norte).

3. Considerações finais

O primeiro aspeto que julgamos relevante salientar relativamente ao projeto de requalificação da Área Central do Cacém está ligado à importância e novidade de que se reveste, neste caso, a valorização da periferia ou da cidade sem plano, como objeto de uma intervenção abrangente e articulada apoiada sobretudo no redesenho do espaço público. Com este exemplo julgamos ter ficado clara a urgência de olhar para os setores mais periféricos da cidade (entendendo-os como partes fundamentais do equilíbrio da cidade metropolitana), considerando programas de requalificação urbana a partir de uma visão de conjunto, estratégica e de longo prazo, e que tenham em conta a recuperação do espaço público como um dos pilares fundamentais desses programas, por forma a permitir uma intervenção refundadora destes aglomerados urbanos, conferindo-lhes uma identidade e uma estrutura urbana anteriormente ausentes.

A intervenção global e intensiva sobre o espaço público pré-existente (em articulação com o Plano de Pormenor realizado) permitiu que este se transformasse num sistema ordenador, gerador de continuidade urbana e matriz principal da construção da cidade e das atividades coletivas que aí se desenvolvem.

Deste ponto de vista foi igualmente decisiva a ancoragem do plano nos equipamentos públicos ou coletivos, nas infraestruturas de mobilidade “mais pesada”, assim como nas redes contínuas de espaços verdes, capazes de, em conjunto, configurarem um sistema de espaços urbanos e desenhar a cidade, tornando-a simultaneamente mais legível, mais habitável e mais funcional¹².

Constituindo hoje os sistemas de mobilidade um elemento fortemente condicionador do desenho do espaço público, julgamos igualmente importante destacar (no novo sistema de espaço público proposto) a coerência e controlo formal e espacial patentes na articulação da rede de infraestruturas mais pesadas com o sistema viário secundário e em particular com o parque linear, conferindo-se assim à infraestrutura (conjuntamente com o sistema verde / Parque Linear) um papel-chave na materialização de uma nova identidade para o Cacém, em particular da sua Nova Baixa.

Do ponto de vista do desenvolvimento e da implementação do plano e concretização das obras, igualmente determinante foi o papel das entidades públicas - neste caso, do Programa Polis - como promotores e executores das operações de curto prazo - como foi

o caso do projeto de espaço público.

Por outro lado, dificilmente teria sido possível, num prazo tão curto, executar um projeto de espaços públicos deste tipo - para uma área considerável e realizado na sequência de um Plano de Pormenor - sem a assunção por parte da mesma equipa projetista, da articulação coerente e efetiva entre as decisões estratégicas referentes ao desenho urbano, tomadas na escala 1/1000, e a sua materialização arquitetónica, pensada na escala 1/1.

No entanto, como se poderá facilmente presumir, a intenção de fazer cidade no subúrbio, e de consolidar a mais importante ideia do Plano - construir um centro - está ainda dependente, em grande medida, da capacidade de concretização de alguns projetos previstos, mas ainda por realizar, designadamente para a Nova Baixa. Esta constatação leva-nos a reconhecer a importância do fator tempo, comprovando que num processo com estas características, é fundamental o envolvimento não apenas entidades públicas, mas também dos agentes privados.

Independentemente destas e de outras circunstâncias que afetam a construção da cidade e da urbanidade, importará salientar, que a profunda requalificação operada sobre o espaço público, se constituiu como um componente estruturador e fortemente caracterizador do novo espaço urbano, capaz de desencadear processos de urbanização) e dar forma à cidade, afirmando-se por isso como uma importante e indispensável base de partida para a transformação futura do Cacém.

Bibliografia

- BOHIGAS, Oriol – “La plaza y la calle. El espacio público reivindicado”. In La reconstrucción de Barcelona. Madrid: MOPU, 1986, pp. 83-101.
- BOHIGAS, Oriol – “La Ciudad como Espacio Proyectado”. In La Arquitectura del Espacio Público: Formas del Pasado, Formas del Presente. Sevilla: Junta de Andalucía – Consejería de Obras Públicas y Transportes e Triennale di Milano, 1999.
- BOHIGAS, Oriol – Contra la incontinencia urbana: reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad. Barcelona: Electa (Diputació de Barcelona; Xarxa de Municipis), 2004.
- ESPUCHE, Alberto Garcia – “La reconquista de Europa. Por qué el espacio público?” In La Reconquista de Europa. Espacio público urbano 1980-1999. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1999.
- ESTEBAN I NOGUERA, Juli – Elementos de ordenación urbana. Barcelona: Gaya Ciencia, 1981.
- GIAMMARCO, Carlo; ISOLA, Aimaro – Disegnare le periferie : il progetto del limite. Roma: Nuova Italia Scientifica, 1993.
- LANDAU, Bruno. “Espace public: une composante majeure de la politique de la Ville”. In AMC nº76, dezembro 1996.
- “Manuel Salgado entrevistado por José Adrião e Ricardo Carvalho”. In JA Nº232 (Política Jul-Set 2008), p.36-48.
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa: FCG, 2003.
- RISCO – Plano de Pormenor da Área Central do Cacém. Relatório.
- RISCO – Projeto de Espaços Públicos da Área Central do Cacém – Memória Descritiva.



- SIZA VIEIRA, Álvaro – “Exterior Ciudad”. In Sileno nº 14,15, No ciudad, dezembro 2003, p. 52-56.
- SOLÀ-MORALES, Manuel. “Para una urbanidad material”. In De cosas urbanas. Barcelona: Gustavo Gili, 2008, pp. 146-153.
- “Recompor as periferias” (mesa redonda entre Manuel Salgado, Nuno Lourenço, Madalena Duarte Silva, José Veludo e Nuno Salgado). In JA Nº 209 (janeiro, fevereiro 2003), pp. 57-63.
- Viver o Cacém, Programa Polis, Plano Estratégico. Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, 2000.

¹ Texto elaborado com base no doutoramento apresentado pelo autor à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em janeiro de 2012.

² Por esta razão, como é sabido, estas partes da cidade estão, em muitas situações, mais associadas à exclusão ou privação (e até marginalidade) do que à distância geométrica a que se encontram de um centro (que está, de resto, na origem do próprio conceito de periferia, ligada à ideia de “coroa urbanizada” em torno a um núcleo pré-existente polarizador). Sendo certo que, deste ponto de vista, entre as diferentes periferias urbanas que podemos encontrar na maioria das cidades europeias, aquelas onde se torna mais evidente esta escassez de funções centrais são justamente aquelas onde a função residencial é dominante ou quase exclusiva (e que por isso, na maioria dos casos, denotam um estado patológico - nos vários sentidos, em particular de ordem social - para o qual o urbanismo e o desenho urbano tem tido dificuldade em encontrar respostas).

³Jordi Borja e Zaida Muxi - El espacio público: ciudad y ciudadanía, Barcelona: Electa, 2003, p. 57.

⁴ Importa relembrar, a este propósito e neste contexto, que tomamos o Segundo Pós-Guerra como o marco temporal a partir do qual a cidade deixou de se fazer sobre a cidade, na medida em que mesmo os exemplos de expansão ou criação *ex-novo* de cidade correspondentes aos anos 20 e 30, constituindo adições ou partes destacadas relativamente às coroas precedentes (como as cidades satélites inglesas, os Siedlungen, etc.), são concebidos em clara articulação com a cidade existente, quer do ponto de vista morfológico, quer funcional.

⁵ A cidade de Aqualva-Cacém (localizada sensivelmente a meio deste mesmo eixo urbanizado que liga Sintra e Lisboa - encontrando-se a cerca de 10 km da Vila de Sintra) teve origem num conjunto de lugares dispersos, de onde se destacavam Aqualva - um aglomerado relativamente compacto, localizado do lado nascente da Linha de caminho de ferro - e o Cacém - do lado poente desta mesma linha, que se desenvolvia ao longo da estrada Lisboa - Sintra (atual Rua Elias Garcia) e que, cruzando-se com a Estrada de Paço de Arcos, aí definia o seu “centro”. Evidenciando nas primeiras décadas do século XX (particularmente nas décadas de 40 e 50) um crescimento significativo (que justificou a criação da Freguesia de Aqualva-Cacém em 1953), é, no entanto, na década de 60 e 70 (coincidindo com as melhorias da Linha de Sintra e com o desvio da Estrada de Sintra do Centro do Cacém, e posterior construção do IC19) que se dá início à grande transformação, que conduz à sua integração na rede metropolitana de núcleos suburbanos em redor de Lisboa.

⁶ Registe-se, a título de exemplo, a inexistência, em muitos casos, de infraestruturas básicas e a deficiente presença de iluminação pública, arborização, passeios, mobiliário urbano, etc. O diagnóstico realizado pela equipa projetista na memória descritiva que acompanha o projeto de espaços públicos é, aliás, revelador desta condição precária que caracterizava o espaço público antes da intervenção:

“1 - Descontinuidade nos percursos viários e pedonais, verificando-se numerosas situações de impasse, interrupção ou deformação pontual nos passeios, desnivelamento entre soleiras e arruamentos, obstáculos à circulação de peões, exiguidade extrema em passagens ou escadarias; 2 - Ocupação indiscriminada da via pública com estacionamento nos limites da capacidade integral do espaço disponível; 3- Indiferenciação ou contradição quanto à hierarquia das vias; 4 - Inúmeras situações de pátios, pracetos ou logradouros que, estando integrados no espaço público, não se



encontram caracterizados como tal; 5 - Arborização muito escassa e em más condições de desenvolvimento, sem consequências sensíveis na vivência e qualificação do espaço urbano; 6 - Falta de legibilidade na implantação das condições de operacionalidade do transporte público; 7 - Carência generalizada de micro-espacos de estadia ou de recreio informal; 8 - Ausência total de esplanadas para cafés ou restaurantes; 9 - Deficiente dotação, localização e caracterização das passeiras de travessia para peões; 10- Mobiliário urbano escasso e inadequado; 11 - Iluminação pública deficiente". Risco, Projeto de Espaços Públicos da Área Central do Cacém - memória descritiva (2004: 4).

⁷ A recuperação da Ribeira das Jardas para espaço público, bem como a reestruturação do sistema viário ou a transformação da Baixa do Cacém (tendo em conta a sua vocação cívica), são já entendidos neste Estudo Base, como ações fundamentais, consideradas e postas em prática mais tarde na intervenção de requalificação urbana da Cidade de Aqualva - Cacém.

⁸ No caso concreto do Cacém, a integração no Programa Polis permitiu alargar a área da intervenção, passando a abranger aproximadamente uma área de cerca de 45,5 hectares, centrada na Baixa do Cacém, delimitada genericamente a norte pelo Parque Urbano, a nascente pela Linha de caminho de ferro, a sul pelo IC 19 e a poente pela estrada de Paço de Arcos.

⁹ Do ponto de vista do seu desenho, o Parque Linear, apresentando-se fundamentalmente como um elemento verde contínuo, pressupõe, por um lado, a recuperação de um espaço canal de enquadramento e proteção às margens da Ribeira (dando naturalmente resposta a problemas hidrológicos e hidráulicos), prevendo, por outro, a criação de espaços de circulação e estadia de peões, por forma a permitir uma utilização coletiva e informal (quer para a contemplação e o passeio, quer como espaço de atravessamento, tirando partido das inúmeras ligações pedonais que o projeto prevê e concretiza).

¹⁰ A conceção deste equipamento reveste-se da maior importância não apenas para a concretização da estratégia definida pelo Plano de Pormenor (de criação de um novo centro urbano), mas também, como facilmente se deduzirá, para a qualidade dos espaços públicos que organizará em seu redor.

¹¹ A primeira versão do Plano previa a construção de uma torre de escritórios com 18 pisos (integrada no Edifício Nova Baixa Cacém) pensada inequivocamente como *hito urbano*, cuja importância e simbolismo, se estenderia para além da sua envolvente próxima, transformando-se numa referência geográfica que, à distância, tornaria visível a ascensão de Aqualva-Cacém a uma nova condição urbana.

¹² Devemos sublinhar, neste contexto, a possibilidade que as obras de requalificação do espaço público abriram para a realização de importantes obras ao nível das infraestruturas, permitindo refazer ou construir de raiz as redes de água, eletricidade, telecomunicação e gás praticamente em todo o subsolo da área de intervenção.